

## Filosofia dos Valores

JOAQUIM CERQUEIRA GONÇALVES

1. A contemporaneidade, sobretudo após a cruel experiência de duas guerras mundiais, em que a existência humana atingiu profundidades de aviltamento inimaginável, voltou-se para o horizonte dos valores, como se estes representassem o único expediente soteriológico possível.

2. Era também uma forma de substituir a reflexão ética, que não evitou as referidas catástrofes, além de o poder levar a efeito sem compromissos de ordem ontológica ou transcendente, julgando possibilitar, deste modo, uma maior universalidade.

3. Actualmente, o entusiasmo pela axiologia, sem desaparecer, encontra-se muito esbatido, não parecendo ter sido mais eficaz do que a ética.

4. A universalidade descomprometida era lograda pela formalização, distante da vida, além de não cobrir todo o campo dos conteúdos da ética.

5. No entanto a axiologia trouxe finas análises, a que a ética não pode ficar indiferente, mostrando que a acção humana é um processo de valoração.

6. Por outro lado, não sendo a axiologia uma perspectiva inédita na história do pensamento, o modo de hoje a abordar não pode perder de vista questões flagrantes da nossa época, como a do ambiente, não suficientemente salvaguardada pela tendência antropomórfica que tem acompanhado a reflexão axiológica. □

## A ciência da cidadania e a amizade

MENDO CASTRO HENRIQUES

Os acontecimentos em curso por muitos chamados de "fim-da-história" e que resultaram numa "nova ordem", caracterizada positivamente pelo estado democrático, economia de mercado e tentativas de paz pelo direito, e negativamente pela crise ecológica, esvaziamento do trabalho humano e patologias várias, físicas e morais, tornaram sensíveis questões já conhecidas de um ponto de vista teórico, acerca da viabilidade prática e da validade intelectual dos pressupostos do mundo político moderno. Como que de repente, as sociedades sentiram a antiga fragilidade do homem no cosmos, agora renovada na incerteza existencial. Apesar do apaziguamento global, regressou a experiência de que o homem não é a medida de tudo mas um ser finito em cuja consciência emergem todas as tensões do cosmos em que vive.

É perante este quadro antropológico e hermenêutico que se revela a estreiteza da maior parte das abordagens politológicas às questões sem resposta que acompanharam o nascimento do mundo político moderno. Há, contudo, um poderoso contraponto. É que nos últimos decénios, paleo-antropologia, arqueologia, filologia clássica, história das religiões e filosofia definiram categorias para comparar a ordem ética, religiosa e política das numerosas civilizações entretanto inventariadas. Em consequência, reconheceu-se a inadequação das categorias paroquiais da política secular no Ocidente, na análise da vida pública do séc. XX, da Antiguidade e da Idade Média ou do actual espaço da cultura islâmica e de culturas africanas e asiáticas. Em particular, as categorias ideológicas deformam a busca do fundamento mediante a qual o homem se mede com a realidade de um mundo que não criou.

Se considerarmos *aition* como o termo para expressar o carácter do fundamento procurado, é de categorias etiológicas que necessitamos para abordar a vida política. Além do significado de causa física e de causalidade metafísica, *aition* é o *nus*, o espírito, intelecto ou razão, participado pela racionalidade humana. Donde que a análise da acção na Ética e na Política de Aristóteles se estenda da racionalidade como adequação dos meios aos fins, ao propósito último unificador de todas as racionalidades mediatas singulares. Encontrar esse fundamento que responda à racionalidade na acção é tarefa da *epistémé politiké*. A ciência da cidadania, traduzamos assim, é a ciência da racionalidade das nossas acções. E para haver racionalidade na acção tem de haver um bem supremo cuja racionalidade irradie sobre todos os actos. Mas existirá esse propósito último? E poderemos conhecê-lo? E comunicá-lo?

O longo percurso pelo qual Aristóteles estabelece critérios para avaliar as opiniões sobre o bem supremo culmina na apologia da *bios theoretikos*, na qual o fundamento da existência é experimentado como realidade de natureza transcendente. A experiência desta tensão para o ser através do instrumento da *psyché*, ou eu noético, é a base da meditação filosófica. A participação no ser permite a amizade por outrem e a comunidade no *nus* é a virtude política básica. A *philia politiké* é a única base de uma comunidade duradoura porquanto os interesses - que também podem ser comuns - afirmam-se sempre a expensas de um grupo alheio e aumentam a conflitualidade. O que deve governar a cidade é essa razoabilidade e bem comum que diminui os conflitos. Se um povo cultivar tal *philia politiké*, dispõe de *homonoia*. E é este consenso

### FICHA TÉCNICA

Este Boletim é impresso em papel reciclado

PROPRIEDADE: Universidade Católica Portuguesa, Departamento de Filosofia, Palma de Cima 1600 Lisboa. Tel. 726 55 50

DIRECÇÃO: Joaquim Cerqueira Gonçalves. COORDENAÇÃO: Mendo Castro Henriques. EDIÇÃO: Rosa Maria Santos

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Serviços Gráficos da UCP. TIRAGEM: 500 exemplares